

PEIC

Relatório mensal

Elaborado por: André Spalenza, Gercione Dionizio e Eduarda Gripp.

2026

Connect Fecomércio ES

Dados coletados pelo CNC, relativos a agosto de 2026

EM JULHO DE 2026, INADIMPLÊNCIA CAPIXABA RECUA PARA 31,5% E AMPLIA ESPAÇO PARA O CONSUMO

ENDIVIDAMENTO PERMANECE ELEVADO, EM 88,0%, MANTENDO PRESSÃO SOBRE O ORÇAMENTO DAS FAMÍLIAS

O QUE ACONTECEU?

A inadimplência das famílias capixabas caiu de 31,6% para 31,5% em julho, ficando abaixo dos 33,4% registrados no mesmo mês de 2025. O endividamento, por outro lado, passou de 87,9% para 88,0%, permanecendo elevado, embora inferior aos 88,5% observados em 2025. A menor inadimplência favorece o consumo, mas o endividamento elevado ainda pressiona o orçamento das famílias.

COMO ISSO AFETA A ECONOMIA CAPIXABA?

A redução da inadimplência amplia gradualmente a parcela de consumidores com possibilidade de acesso ao crédito e planejamento de compras. Esse cenário pode favorecer o comércio no segundo semestre, especialmente nas principais datas de consumo, embora o elevado endividamento ainda limite a capacidade de novas compras de parte das famílias.

QUAIS OS RISCOS E AS OPORTUNIDADES?

A menor inadimplência cria espaço para a recuperação do consumo, mas o endividamento de 88,0% exige cautela. Entre as famílias de menor renda, 65,1% não possuem condições de pagar suas dívidas atrasadas e 29,2% comprometem mais de 50% da renda com dívidas, indicando maior restrição financeira.

CARACTERÍSTICAS DA INADIMPLÊNCIA

Taxa geral **31,5%**

- Até 10 salários **35,2%**
- Acima de 10 salários **9,5%**

Condição de pagamento
- (até 10 salários) **15,5%**
- (acima de 10 salários) **31,6%**

Dívidas em atraso há mais de 90 dias
- (até 10 salários) **63,0%**
- (acima de 10 salários) **26,3%**

CARACTERÍSTICAS DO ENDIVIDAMENTO

Endividamento Geral **88,0%**

- Até 10 salários **89,3%**
- Acima de 10 salários **79,5%**

Cartão de crédito
- (entre famílias de até 10 salários) **93,8%**
- (entre famílias de acima de 10 salários) **97,5%**

Comprometimento médio da renda
- (até 10 salários) **32,5%**
- (acima de 10 salários) **24,4%**

Connect Fecomércio ES
Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC
Dados coletados pela CNC, relativos a agosto de 2026

Fecomércio ES · FAESA · mci · FAPES · Senac

PERFIL DA INADIMPLÊNCIA

A taxa de inadimplência das famílias capixabas apresentou redução em agosto de 2026, passando de 31,5% para 29,9%, uma queda de 1,6 ponto percentual. O índice também ficou 3,4 pontos percentuais abaixo do registrado em agosto de 2025, quando alcançou 33,3%, e inferior à média anual daquele ano, de 33,4%. Com esse resultado, o Espírito Santo aproximou-se do patamar nacional, igualmente de 29,9%, indicando uma redução da pressão financeira sobre as famílias.

Entre as famílias com renda de até 10 salários mínimos, a inadimplência recuou de 35,2% para 33,6%. No grupo com renda superior a 10 salários mínimos, o índice caiu de 9,5% para 8,5%. Em ambos os segmentos, os resultados ficaram abaixo dos registrados em agosto de 2025, de 37,5% e 10,5%, respectivamente. Apesar da melhora observada nos dois grupos, a inadimplência continua mais elevada entre as famílias de menor renda, o que evidencia sua maior vulnerabilidade às dificuldades de pagamento.

Taxa de inadimplência (%), por renda, Espírito Santo, agosto de 2026

	2026		2025		Brasil
	agosto	julho	agosto	média	ago/26
Inadimplência **GERAL**	29,9	31,5	33,3	33,4	29,9
Inadimplência por **RENDA DA FAMÍLIA**					
até 10 salários mínimos	33,6	35,2	37,5	37,2	33,3
acima de 10 salários mínimos	8,5	9,5	10,5	11,0	15,1
NÚMERO de pessoas inadimplentes (valores em milhões)					
até 10 salários mínimos	1,171	1,228	1,318	1,331	
acima de 10 salários mínimos	0,049	0,055	0,064	0,064	

Fonte: CNC e SIDRA/IBGE. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

Em termos absolutos, aproximadamente 1,22 milhão de capixabas estavam inadimplentes em agosto. Desse total, 1,171 milhão pertenciam a famílias com renda de até 10 salários mínimos, enquanto 49 mil integravam famílias de maior renda. Em comparação com julho, cerca de 57 mil pessoas deixaram a condição de inadimplência no grupo de menor renda, e outras 6 mil fizeram o mesmo no grupo de maior renda. Já na comparação com agosto de 2025, o número total de inadimplentes diminuiu aproximadamente 162 mil.

Para o comércio do Espírito Santo, a redução da inadimplência configura um cenário mais favorável à recuperação do consumo, especialmente com a proximidade das principais datas de vendas do segundo semestre. A diminuição do número de consumidores inadimplentes pode ampliar gradualmente o acesso ao crédito e a capacidade de consumo. No entanto, as diferenças entre as faixas de renda indicam a necessidade de que o setor mantenha critérios de concessão de crédito compatíveis com a capacidade financeira dos consumidores.

Entre as famílias com renda de até 10 salários mínimos, a proporção de dívidas com capacidade total de pagamento caiu de 15,5% para 14,0% em agosto, enquanto a parcela com

capacidade parcial passou de 19,4% para 18,8%. Consequentemente, o percentual de famílias sem condições de pagamento aumentou de 65,1% para 67,2%. Esses dados indicam que a redução da inadimplência não corresponde, necessariamente, a uma recuperação abrangente da capacidade financeira, uma vez que permanece elevada a proporção de famílias sem recursos suficientes para regularizar suas dívidas.

A duração dos atrasos reforça esse cenário. Entre as famílias de menor renda, 65,7% das dívidas estavam atrasadas havia mais de 90 dias, ante 63,0% em julho. A concentração de débitos em atrasos prolongados sugere maior dificuldade de recuperação e pode restringir a capacidade dessas famílias de retomar o consumo financiado no curto prazo.

Características das dívidas em atraso (%), por renda, Espírito Santo, agosto de 2026

	ATÉ 10 salários		ACIMA DE 10 salários	
	ago/26	jul/26	ago/26	jul/26
Condições de pagamento				
Total	14,0	15,5	23,5	31,6
Parcial	18,8	19,4	29,4	31,6
Sem condições	67,2	65,1	47,1	36,8
Tempo de atraso				
Até 30 dias	14,8	15,8	29,4	36,8
Entre 30 e 90 dias	19,6	21,1	29,4	36,8
Acima de 90 dias	65,7	63,0	41,2	26,3

Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.
Nota: Não foram incluídos o percentual de famílias que não souberam responder às perguntas.

Entre as famílias com rendimento superior a dez salários mínimos, também se observou uma deterioração das condições de pagamento. A proporção de famílias com condições totais de pagamento diminuiu de 31,6% para 23,5%, enquanto a daquelas com condições parciais recuou de 31,6% para 29,4%. Consequentemente, a percentagem de famílias sem condições de pagamento aumentou de 36,8% para 47,1%. Adicionalmente, a proporção de dívidas com atraso superior a 90 dias passou de 26,3% para 41,2%, evidenciando uma redução da capacidade de regularização desse grupo.

A evolução das características das dívidas indica que a diminuição da inadimplência deve ser analisada com prudência. Embora tenha diminuído o número de consumidores inadimplentes, entre os que permanecem nessa situação aumentou a proporção daqueles sem condições de pagamento, assim como a concentração de dívidas com atrasos superiores a 90 dias. Esse cenário sugere que a recuperação ocorre de forma desigual e que uma parcela das famílias continua a enfrentar limitações significativas para reorganizar o orçamento.

Para o comércio, o contexto representa uma oportunidade de recuperação do consumo, mas exige maior prudência na concessão de crédito. A redução do número de consumidores inadimplentes pode favorecer a retoma das compras; contudo, a persistência de dívidas em atraso prolongado recomenda a adoção de condições de pagamento adequadas ao rendimento e ao nível de comprometimento financeiro de cada consumidor. Assim, o estímulo às vendas deve ser acompanhado por uma política de gestão responsável do crédito.

PERFIL DO ENDIVIDAMENTO

Endividamento permanece elevado, mas fica abaixo do registrado em 2025

A taxa de endividamento das famílias capixabas caiu de 88,0% para 87,1% em agosto de 2026. O indicador ficou 0,3 ponto percentual abaixo de agosto de 2025 (87,4%) e 1,5 ponto percentual abaixo da média daquele ano (88,6%). Apesar da melhora, o endividamento permanece elevado e acima da média nacional, de 82,0%, indicando que o crédito continua desempenhando papel relevante no orçamento das famílias capixabas.

A diferença entre as faixas de renda permanece importante. Entre as famílias com renda de até 10 salários mínimos, o endividamento recuou de 89,3% para 88,5%, ficando ligeiramente abaixo dos 89,0% registrados em agosto de 2025 e abaixo da média anual de 89,9%. Entre aquelas com renda superior a 10 salários mínimos, a taxa caiu de 79,5% para 78,0%, embora tenha permanecido acima dos 77,5% registrados em agosto de 2025.

Taxa de endividamento (%), por renda, Espírito Santo, agosto de 2026

	2026		2025		Brasil
	agosto	julho	agosto	média	julho
Endividamento **GERAL**	87,1	88,0	87,4	88,6	82,0
Endividamento por **RENDA DA FAMÍLIA**					
até 10 salários	88,5	89,3	89,0	89,9	84,1
acima de 10 salários	78,0	79,5	77,5	79,9	72,0

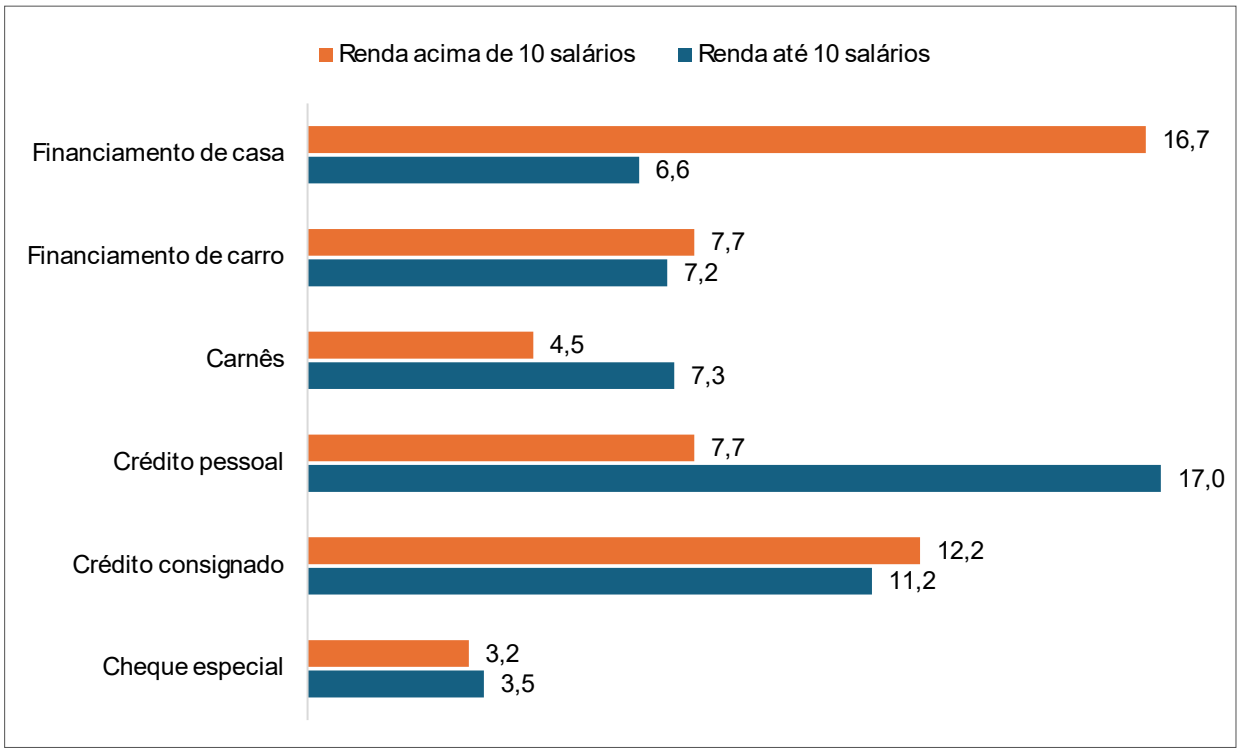
Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.

A redução do endividamento nos dois grupos contribui para um ambiente um pouco menos pressionado sobre o orçamento das famílias. Entretanto, o elevado nível de comprometimento financeiro, especialmente entre aquelas com renda de até 10 salários mínimos, indica que a margem para assumir novas dívidas permanece limitada. Dessa forma, a melhora do indicador deve ser entendida mais como uma redução gradual da pressão financeira do que como uma mudança estrutural no comportamento de crédito.

O cartão de crédito continua sendo a principal modalidade de endividamento entre as famílias capixabas, alcançando 94,1% das famílias com renda de até 10 salários mínimos e 97,4% daquelas com renda superior a essa faixa. A elevada utilização demonstra a importância do cartão para a realização das compras e para o gerenciamento do orçamento familiar.

Entre as famílias com renda de até 10 salários mínimos, o comprometimento médio da renda com dívidas passou de 32,5% em julho para 32,3% em agosto. Apesar da pequena redução, o indicador permanece elevado. A maior parcela concentra-se entre aquelas que comprometem de 11% a 50% da renda, correspondendo a 54,4%, enquanto 28,9% comprometem mais de 50%. Em relação a julho, houve aumento da participação do grupo intermediário e pequena redução daqueles que comprometem mais da metade da renda.

Principais fontes de endividamento (exceto cartão de crédito), agosto de 2026



Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.
Nota: os valores representam o percentual de pessoas que declararam possuir dívida na respectiva fonte.

Entre as famílias com renda superior a dez salários mínimos, o comprometimento médio da renda manteve-se em 24,4%. A maioria desses grupos familiares (57,7%) compromete entre 11% e 50% da renda, enquanto 7,1% destinam mais de 50% ao pagamento de dívidas. Esses resultados indicam uma situação financeira relativamente mais favorável em comparação com a observada entre as famílias de menor renda, que apresentam uma proporção maior de consumidores com elevado comprometimento orçamentário.

A diferença entre as faixas de renda evidencia que a capacidade de expansão do consumo permanece desigual. Embora o comprometimento médio tenha se mantido estável ou apresentado leve redução, as famílias de menor renda continuam destinando uma parcela mais elevada de seus recursos ao pagamento de dívidas. Esse cenário restringe a possibilidade de assumir novos compromissos financeiros e reforça a importância de oferecer condições de pagamento compatíveis com a capacidade financeira de cada consumidor.

Entre as famílias com renda de até dez salários mínimos, o comprometimento médio da renda com dívidas recuou de 32,5%, em julho, para 32,3%, em agosto. Apesar da redução marginal, o indicador permanece elevado. A maior parcela está concentrada entre as famílias que comprometem de 11% a 50% da renda, grupo que representa 54,4% do total, enquanto 28,9% comprometem mais de 50%. Em relação a julho, houve aumento da participação do grupo intermediário e leve redução da parcela de famílias que destinam mais da metade da renda ao pagamento de dívidas.

Características das dívidas a pagar (%), por renda, Espírito Santo, agosto de 2026

	ATÉ 10 salários		ACIMA DE 10 salários	
	ago/26	jun/26	ago/26	jun/26
Tempo de comprometimento com dívidas				
Dívidas de curto prazo (até 6 meses)	39,7	40,4	52,6	52,8
Dívidas de longo prazo (acima de 6 meses)	60,2	59,6	47,4	47,2
Tempo médio (em meses)	7,6	7,5	6,6	6,6
Renda comprometida com dívidas				
até 10%	16,4	18,1	35,3	37,7
de 11% a 50%	54,4	52,4	57,7	54,1
acima de 50%	28,9	29,2	7,1	8,2
Comprometimento médio	32,8	32,5	24,6	24,4

Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.
Nota: Não foram incluídos o percentual de famílias que não souberam responder às perguntas.

Entre as famílias com renda superior a 10 salários mínimos, o comprometimento médio permaneceu em 24,4%. A maior parte dessas famílias, 57,7%, compromete entre 11% e 50% da renda, enquanto apenas 7,1% comprometem mais de 50%. O resultado revela uma situação financeira relativamente mais confortável em comparação com as famílias de menor renda, que apresentam maior proporção de consumidores com elevado comprometimento do orçamento.

A diferença entre as faixas de renda evidencia que o espaço para ampliação do consumo é desigual. Embora o comprometimento médio tenha apresentado estabilidade ou pequena redução, as famílias de menor renda continuam destinando parcela maior da renda ao pagamento de dívidas. Esse cenário limita a capacidade de assumir novos compromissos e torna mais importante a oferta de condições de pagamento compatíveis com a capacidade financeira de cada consumidor.



Opinião do Empresariado Capixaba



Leonardo Bortolini

“Família e varejo estão diretamente ligados: o varejo depende do consumo das famílias e, em grande medida, das condições de crédito.”

O endividamento das famílias produz efeitos que ultrapassam o orçamento doméstico e alcançam diretamente o consumo e o desempenho do varejo. Para **Leonardo Bortolini, da Agoracred Financeira**, acompanhar a capacidade de pagamento das famílias é fundamental para compreender os riscos e os impactos desse cenário sobre a economia:

“O cuidado com as contas pessoais precisa estar presente dentro da própria família. Não estamos falando apenas de uma análise de números, mas de comportamento. A família precisa acompanhar sua situação financeira e ter consciência de seus limites, porque o endividamento das famílias também afeta diretamente o empresário. Quando uma família está endividada e, em algum momento, a concessão de crédito deixa de sustentar esse consumo, o impacto chega ao varejo por meio da redução das vendas.

Família e varejo estão diretamente ligados. O varejo depende do consumo das famílias e, em grande medida, das condições de crédito. Por isso, mesmo quando os indicadores apresentam alguma melhora, o cenário ainda exige atenção. Não significa que o endividamento e a inadimplência necessariamente continuarão recuando. Tanto os dados quanto a percepção do mercado apontam para um possível aumento dessas condições, o que representa um sinal de alerta.

No Espírito Santo, esse acompanhamento é especialmente importante entre as famílias com renda de até dez salários mínimos, porque esse grupo tem um peso significativo no consumo e, consequentemente, na atividade do varejo. Quando uma parcela crescente dessas famílias declara não ter condições de pagar suas dívidas, aumenta a percepção de que elas poderão deixar de honrar esses compromissos. Isso é um sinal importante para o mercado, porque mostra que, mesmo diante de uma melhora em alguns indicadores, ainda existe pressão sobre a capacidade de pagamento das famílias.”

Notas da pesquisa

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), apresenta o perfil do compromisso financeiro (endividamento) e a capacidade de pagamento (inadimplência) das famílias capixabas. De forma complementar, também foram usados os dados do Serasa Experian, com características gerais da dívida capixaba. A análise destes dados permite entender quais os impactos do endividamento e da inadimplência no consumo futuro destas famílias. Foram usados dados referentes a maio (Serasa) e junho (CNC) de 2025. Com o aumento da importância do crédito na economia brasileira, sobretudo o crédito ao consumidor, o acompanhamento desses indicadores é fundamental para analisar a capacidade de consumo futura.

Os principais indicadores da PEIC são:

- Percentual de famílias endividadas – consumidores que declaram ter dívidas na família nas principais modalidades;
- Principais tipos de dívida – entre cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outras dívidas;
- Nível de endividamento – entre muito, mais ou menos ou pouco endividados;
- Tempo de comprometimento com dívidas – até três meses, de três a seis meses, de seis meses a um ano e maior que um ano;
- Percentual de famílias com contas/dívidas em atraso – consumidores com contas ou dívidas atrasadas no mês;
- Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual dos que afirmam que não terão condições de pagar as contas e/ou dívidas em atraso no próximo mês e, portanto, permanecerão inadimplentes;
- Tempo de atraso no pagamento – até 30 dias, de 30 a 90 dias e mais que 90 dias.

A estimação do número de famílias endividadas ou inadimplentes foi estimada a partir das informações divulgadas pela CNC e pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2022. Para determinar o número de famílias, a ideia de núcleo familiar da CNC (pessoas que moram com o entrevistado) foi extrapolada para ideia de domicílio particular permanente ocupado do IBGE (local estruturado, separado e independente, destinado a habitação de uma ou mais pessoas).

Assim,

$$NFE = PFE \times NDPPO$$

Sendo:

NFE – Número de famílias endividadas apresentado pela Equipe Connect/Fecomercio

PFE – Percentual de famílias endividadas, disponibilizado pela CNC

NDPPO – Número de Domicílios Particulares Permanentes Ocupados, divulgados pelo IBGE no Censo Demográfico de 2022.

EXPEDIENTE: Presidente do Sistema Fecomércio-ES/Sesc/Senac: Idalberto Luiz Moro **l Diretor Interino Sesc-ES:** Richardson Schmittel **l Diretor Senac-ES:** Richardson Schmittel **l Superintendente Fecomércio-ES:** Wagner Corrêa **l Diretor de Relações Institucionais Fecomércio-ES:** Marcus Magalhães **l Equipe Connect Fecomércio-ES:** André Spalenza : Karina Tonini : Felipe Montini : Eduarda Gripp : Gercione Dionizio : Paulo Rody : Mateus Haddad l Tel.: 3205-0706 l www.fecomercio-es.com.br